

ÍNDICE

Nota Prévia	7
Abreviaturas de uso frequente	9
INTRODUÇÃO – em explanação dos pressupostos e do objecto e método da dissertação	17
I – Prólogo	17
II – Objecto e método	20

PARTE I CONFIGURAÇÃO ORIGINÁRIA DA SITUAÇÃO JURÍDICA DE DIREITO DE AUTOR

Capítulo I – Constituição do direito de autor e configuração da situação jusautorais ..	27
Secção I – A constituição do direito de autor pela criação de obra intelectual	27
1. Constituição do direito de autor – a criação de obra intelectual como acção ..	27
2. Coincidência subjectiva entre autoria e titularidade originária do direito de autor – esboço de um princípio	36
Síntese em recapitulação	43
Secção II – Autoria e titularidade originária do direito de autor	45
3. Criação de obra intelectual e autoria	45
4. A noção de autoria em confronto sob o instituto do “copyright” (“authorial works” e “entrepreneurial works”)	53
5. Valor jusautorais da imputação de autoria	60
6. A pretensa autoria despersonalizada – as impropriamente ditas obras não intelectuais (“criadas por computador”)	63
Síntese em recapitulação	68
Secção III – Objecto do direito de autor	71
7. Delimitação do objecto de tutela sob o direito de autor	71
8. Fixação em suporte material e (in)susceptibilidade de apropriação da obra intelectual – confronto sob o instituto do “copyright”	80
9. Apropriação, uso e utilização da obra: refutação do conceito de “propriedade de obra intelectual”	84
10. Objecto do direito de autor – resenha doutrinária comentada: a obra intelectual como objecto de direitos subjectivos	91

11. Objecto do direito de autor (faculdades pessoais e patrimoniais) – conclusão. Noção de direito de autor	98
Síntese em recapitulação	107
Capítulo II – O pressuposto de tutela sob o direito de autor: a intelecção da criatividade da expressão formal da obra e o investimento na respectiva criação (e produção)	113
Secção I – A expressão formal criativa	113
12. Criatividade da expressão formal de uma obra intelectual - conceito	113
13. Criatividade e “engenho e esforço intelectual” – cotejo conceptual sob o instituto do “copyright”	118
Síntese em recapitulação	124
Secção II – Da possível emergência de novos pressupostos de tutela	126
14. Da subsistência dos pressupostos tradicionais de tutela – considerações gerais	126
15. A expressão formal criativa nos programas de computador	128
16. Tutela da produção de bases de dados – o investimento empresarial como pressuposto, o conteúdo informativo (imaterial) como objecto de exclusivo	133
Síntese em recapitulação	145
Secção III – Conclusão: um provável novo fundamento de tutela sob o direito de autor	147
17. Pressupostos de tutela sob a “Directiva para a sociedade da informação”	147
18. A objectivação do pressuposto geral de tutela jusautoral	151
Síntese em recapitulação	155

PARTE II

A ORIGEM NÃO VOLUNTÁRIA DE SITUAÇÕES JUSAUTORAIS
PARADIGMÁTICAS

Capítulo I – A criação plural por pessoas físicas	159
Secção I – Em particular, a conformação da situação jusautoral nas obras em colaboração	159
19. A criação em colaboração	159
20. A co-autoria material enformadora da situação jusautoral nas obras em colaboração	162
21. A contitularidade originária do direito de autor nas obras em colaboração	165
22. Exercício conjunto de faculdades de utilização da obra em colaboração pelos contitulares originários do direito de autor - as “regras da compropriedade” e os “limites segundo a boa fé”	168
23. Indivisibilidade da comunhão – o princípio da unidade de exploração das obras em colaboração	175
Síntese em recapitulação	178
Secção II – Uma construção paradigmática: a contitularidade originária do direito de autor nas obras audiovisuais – uma ficção legal de co-autoria	181
24. A obra audiovisual e os respectivos contributos criativos individualizáveis – a pretensa co-autoria na obra audiovisual	181
25. A produção audiovisual	192
26. “Co-autoria” ou contitularidade originária?	196
Síntese em recapitulação	201

Capítulo II – O direito de autor constituído na titularidade de pessoas jurídicas – a obra colectiva	203
Secção I – Enquadramento	203
27. Noção de obra colectiva (e de obra-colectânea)	203
28. Elementos do “género” obra colectiva - primeiro enunciado	206
Síntese em recapitulação	206
Secção II – A constituição do direito de autor na obra colectiva no confronto de vários ordenamentos jurídicos	209
29. O paradigma do direito alemão - do “personalismo naturalista” ao “dono do empreendimento”	209
30. O direito alemão (continuação) - o “dono do empreendimento criativo” como empresário da obra	213
31. O direito francês: a combinação de individualidades criativas e a iniciativa empresarial	214
32. O direito espanhol: a presunção de cedência dos direitos dos colaboradores individuais	217
33. O direito britânico: autoria da empresa ou direitos conexos empresariais (ainda o “entrepreneurial copyright”)	221
34. O direito estadunidense: as “compilations” e as “collective works”	228
35. A especificidade do sistema holandês – a titularidade da empresa e a criação funcional de contributos integrados na obra colectiva	235
36. O direito italiano: a atribuição “directa e imediata” do direito de autor a pessoas jurídicas empresariais	237
Síntese em recapitulação	244
Secção III - Exploração económica da obra colectiva	248
37. O “princípio da unidade de exploração” da obra colectiva - enunciado	248
38. Estrutura e natureza da situação jusautoral nas obras colectivas	251
Síntese em recapitulação	254
Secção IV - A obra colectiva como “obra (intelectual) de empresa”	257
39. Síntese dogmática	257
Síntese em recapitulação	265

PARTE III

A CONFORMAÇÃO VOLUNTÁRIA DA SITUAÇÃO
JURÍDICA PRIMORDIAL DE DIREITO DE AUTOR

Capítulo I – A criação “em cumprimento de dever funcional” – noção e modelos	269
Secção I – A noção e o conceito básicos	269
40. A “criação em cumprimento de dever funcional” (o art. 14º/1 CDA*) – caracterização geral	269
Síntese em recapitulação	273
Secção II – O concurso criativo sob enquadramento empresarial – os contributos criativos para obra colectiva	274
41. O concurso criativo em realização de obra colectiva como modelo de criação em cumprimento de dever funcional – titularidade do direito de autor nos contributos integrados (em exemplo: a utilização de obras discrimináveis em publicações periódicas)	274

Subsecção I – Em particular – o contrato para criação publicitária	280
42. A mensagem publicitária como contributo criativo para obra colectiva	280
43. Titularidade do direito de autor nas “obras publicitárias” criadas em execução de contrato para uma “agência” (empresa de publicidade)	284
44. Contrato para criação (de mensagem) publicitária	287
Síntese em recapitulação	294
Secção III – A coligação de obras como acto constitutivo de uma nova situação jusautorais	295
45. Delimitação de conceitos	295
46. Uma situação jusautorais nova de origem voluntária	299
Síntese em recapitulação	304
Secção IV – Fonte da situação jusautorais (conexa) constituída pela produção de suportes que fixam obras – o investimento empresarial e o contrato para fixação fonovideográfica	305
47. A produção de suportes de obras – em particular, o investimento empresarial e o contrato para fixação fonovideográfica	305
Síntese em recapitulação	314
Secção V – A alienação de suporte material de obra como acto conformador de uma nova situação jusautorais	316
48. Exame de um modelo particular: as obras fotográficas criadas em execução de contrato	316
Síntese em recapitulação	320
Secção VI – Criação funcional em execução de trabalho subordinado e de prestação de serviço – autonomia criativa e subordinação jurídica	321
Subsecção I – Enquadramento	321
49. Trabalho e serviço para-criativos – determinação da prestação devida	321
Subsecção II – Trabalho e prestação de serviço para criação de obras intelectuais (continuação) – confronto de ordenamentos jurídicos estrangeiros	326
50. Direito alemão: oneração do direito de autor e atribuição finalista de faculdades de utilização da obra	326
51. Direito francês: titularidade originária e inalienabilidade do direito pelo autor	337
52. Direito italiano: aquisição derivada do direito pelo comitente	340
53. Direito espanhol: atribuição finalista presumida do contrato	347
54. Direito britânico: atribuição originária do direito ao empregador	353
55. Direito estadunidense: atribuição da titularidade do direito determinada pela convenção	356
Subsecção III – O trabalho criativo subordinado	358
56. Subordinação juslaboral e criação de obras intelectuais: a prestação de trabalho criativo – incorporação empresarial da actividade laboral e poder de direcção, heterodeterminação da função e indeterminação do conteúdo da prestação devida, actuação finalista do trabalhador e exigibilidade da prefiguração dos fins da actividade, alienabilidade dos resultados do trabalho	358
Subsecção IV – A prestação de serviço criativo (a dita “encomenda de obra”)	373
57. (A)tipicidade do modelo (mandato, empreitada, prestação de serviço inominada)	373
Subsecção V – A “relação jurídica de emprego público” e situações de direito de autor nascidas de contratos celebrados com entes públicos	386

58. O regime nas obras criadas por “trabalhadores da Administração Pública e demais agentes do Estado e outras entidades públicas”	386
59. O regime nas ditas “obras oficiais”	400
Síntese em recapitulação	403
Secção VII – O contrato de realização para produção audiovisual – atribuição convencional (constitutiva) de faculdades de utilização da obra	410
Subsecção I – Delimitação do modelo	411
60. O contrato de realização e de produção audiovisual – a criação de obra “realizada” em cumprimento de contrato	412
Subsecção II – O contrato de realização e a produção audiovisual no confronto de ordenamentos estrangeiros	412
61. A lei de autor alemã – adaptação à cinematografia, obra cinematográfica e produtos cinéticos	412
62. O instituto do audiovisual no Reino Unido – a aparência de tutela dos sistemas operativos para apresentação de imagens em ecrã	419
63. O direito norte-americano: a tutela da expressão (formal) audiovisual	425
64. O direito francês: a obra audiovisual presumida como obra em colaboração	430
65. O direito espanhol: criação em colaboração e cessão presumida do direito	439
66. O direito italiano: a atribuição ex lege do exercício de faculdades de utilização	445
Subsecção II – Conformação voluntária da situação jusautorais nas obras audiovisuais	453
67. Direitos e deveres do produtor da obra audiovisual – um “empresário” de uma obra colectiva ou o beneficiário de uma atribuição patrimonial	453
68. A atribuição ao produtor das faculdades de exploração audiovisual da obra	457
69. A atribuição ao produtor de direitos de exploração dos contributos criativos utilizados na obra audiovisual	461
Síntese em recapitulação	462
Capítulo II – Elementos para a construção de um modelo de contrato conformativo da situação jurídica de direito de autor - o contrato de direito de autor para criação de obras intelectuais	467
70. A objectivação do pressuposto de tutela jusautorais e o princípio de coincidência subjectiva entre a titularidade originária do direito de autor e a autoria – recapitulação das premissas de uma tese	467
71. Criação vinculada de obra futura, edição de obra futura e contrato para criação de obras intelectuais – a separação do género	470
72. Inaplicabilidade da noção tradicional de “contrato primário de direito de autor”	476
73. Carácter formal e oneroso da atribuição	478
74. Características do contrato conformador da situação de direito de autor	483
Síntese em recapitulação	488
Capítulo III – Conformação da situação de direito de autor nascida da criação de obra intelectual em execução de contrato (os arts. 14º e 15º CDA*) – conclusão	489
Secção I – Regime geral	489
75. Faculdades de direito de autor na esfera jurídica do autor contratado e do comitente	489
Síntese em recapitulação	501

Secção II – Regimes particulares	503
Subsecção I – A (falta de) menção de autoria	503
76. Regime na falta de menção que identifique a autoria – em geral	503
77. Regime na falta de menção que identifique a autoria (continuação) – obras colectivas e obras em colaboração	507
Subsecção II – Conformação convencional da situação jurídica de direito de autor nas bases de dados e nos programas de computador	512
78. A conformação convencional da situação jusautoral nas obras base de dados e nos programas de computador	512
Síntese em recapitulação	519
Capítulo IV – Conformação da situação de direito de autor nascida da criação de obra intelectual em execução de contrato (continuação) – as faculdades <i>personais</i> de autor	521
79. Direito de divulgação (“ao inédito”)	521
80. Direito de retirada	528
81. Direito à menção da designação que identifica a autoria	531
82. Direito de reivindicar a paternidade da obra	535
83. Defesa da integridade da obra: direito de preservar a integridade; direito de modificação	537
84. Conclusão	544
Síntese em recapitulação	548
Capítulo V – Natureza da atribuição contratual conformadora da situação jusautoral primordial	551
85. Uma atribuição constitutiva	551
Síntese em recapitulação	563

TESES

I – Constituição da situação jusautoral	569
II – Autoria e paternidade da obra	569
III – Objecto e conteúdo do direito de autor	570
IV – A origem não voluntária de situações jusautorais paradigmáticas	572
V – A criação (em cumprimento de dever) funcional. Características do modelo de contrato para criação de obras intelectuais	573
VI – Conformação da situação de direito de autor nascida da criação de obra intelectual em execução de contrato (os arts. 14º e 15º CDA*). A delimitação convencional das faculdades pessoais de autor	576
VII – Natureza da atribuição jusautoral conformadora da situação primordial de direito de autor	580
BIBLIOGRAFIA	583